

Anexo

PREMISSAS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CHILLERS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA A CENTRAL DE ÁGUA GELADA DO CESTEH – CAMPUS MANGUINHOS – RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2020.

O objetivo do presente documento é apresentar ao Serviço de Gestão de Compras aspectos importantes a serem observados em relação a temas pontuais do Edital.

OBJETO PARA ABERTURA DE PROCESSO:

O objeto da presente contratação é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA AQUISIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE CHILLERS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES PARA A CENTRAL DE ÁGUA GELADA DO CESTEH**. O Edifício do CESTEH fica localizado no Campus Manguinhos, Avenida Brasil – 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro.

1. CONTRATAÇÃO POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

2. DOS PRAZOS

Recomendamos que o prazo de vigência do contrato seja igual ao prazo de execução, conforme o cronograma físico-financeiro, somado de mais 4 meses, ou 120 dias, de modo a se viabilizar o recebimento do objeto, segundo o § 3o do art. 73 da Lei 8666/93, bem como os necessários procedimentos administrativos para emissão da Ordem de Serviço do mesmo.

Em relação ao prazo de vigência, vale ressaltar que é dividido em duas etapas, como abaixo:

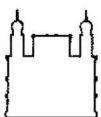
Informamos que o lapso temporal de 120(cento e vinte) dias entre os prazos de execução e vigência visa contemplar:

Nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência, prazo para realização da Reunião de Partida, entrega da documentação exigida no Edital e respectiva análise pela Fiscalização. Apenas a partir da aprovação desta documentação poderá ser emitida a Ordem de Serviço e início da contagem do prazo de execução. Dentre as documentações citadas estão o planejamento da obra, projeto do canteiro de obras, as ART's / RRT's, documentos referentes a legislação trabalhista, garantia de cumprimento do contrato, entre outros conforme item do Edital;

Nos últimos 90 (dias) dias de vigência, prazo necessário para o recebimento do objeto conforme previsto §3º do artigo 73 da Lei 8.666/93.

3. VISTORIA

A exigência de Visita Técnica é para somar e constatar in loco as informações que recebeu através dos documentos técnicos do Edital em referência e assegurar que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Como o objeto a ser licitado é para atividade de obra, se faz necessário que o profissional indicado pelo licitante seja capacitado, e tenha comprovação e reconhecimento do exercício profissional, que é feito



através de documento emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

A fim de melhor entendimento da questão, segue trecho da orientação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Sergipe – SINDUSCON – SE, para Visita Técnica, contendo a mesma concepção anteriormente descrita, a saber:

“Visita Técnica - A lei federal 8666/93 dispõe sobre o atestado de visita técnica no artigo 30, inciso III, onde este se encaixa como documento relativo à qualificação técnica de comprovação, pelo órgão licitante, no qual se demonstra que a empresa licitante tomou conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Contudo, a referida norma não prevê determinadas especificidades para realização da visita técnica, como as seguintes:

- Quem pode realizar a visita técnica?
- Qual o período para realização da visita técnica?

A visita técnica pode ser feita por qualquer pessoa, leiga ou profissional, independente de vínculo com a empresa licitante, desde que o edital não exija a presença de engenheiro habilitado para determinada especialidade e que seja empregado da empresa. Entretanto, recomenda-se que seja enviado para efetuar a vistoria no lugar das obras a serem executadas, um profissional devidamente inscrito no CREA ou CAU, e que pertença à equipe técnica da empresa ou que possua procuração desta última. Esta atitude é um meio de cautela, uma vez que esta visita atesta que o local se encontra em perfeitas condições para execução do serviço a ser contratado e qualquer ocorrência posterior referente ao estado do local não poderá ser questionada futuramente.

Ressalta-se que se houver no instrumento editalício previsão da presença de engenheiro habilitado e que possua vínculo empregatício com a empresa licitante, deverá ser cumprida a exigência. Assim, só o que constar no edital deve ser rigorosamente obedecido.

No que se refere ao pré-estabelecimento no edital de data para a visita técnica, é plenamente possível que o órgão licitante determine dia e hora para a realização desta. Havendo qualquer impedimento da empresa em não poder se dirigir ao local para atestar as condições, é aconselhável que se comunique.”

http://www.sinduscon-se.com.br/sinduscon/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=483&tmp_secao=2

*A orientação em relato está em consonância com o Acórdão 785/2012- TCU – Plenária.

Será facultada vistoria técnica prévia no local de prestação do serviço, a fim de garantir o conhecimento do empreendimento o licitante tem a opção de realização da Visita Técnica ou se abster da mesma.

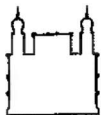
Para os optantes pela abstenção de vistoria, deverá formalizar a opção através de declaração de abstenção de vistoria, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier a firmar, conforme modelo constante no edital, com base no Acórdão 234/2015 - Plenário TCU.

Para os optantes pela visitação ao local da obra, é necessário agendamento de datas e horários específicos para cada licitante, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, com base no Acórdão 1842/2013-Plenário – TCU, e deverá estar com o atestado de visita, conforme modelo constante do edital.

Os serviços serão executados no Campus da Fundação Oswaldo Cruz em Manguinhos - RJ, na Avenida Brasil, nº 4.365 em Manguinhos, Rio de Janeiro.

4. ADMINISTRAÇÃO LOCAL PROPORCIONAL À EXECUÇÃO FINANCEIRA DA OBRA

Recomendamos o estabelecimento de critérios objetivos de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais a execução financeira da obra, de acordo com a legislação vigente.



Conforme o Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário, no item 9.3.2.2. temos:

[...] estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no Arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

5. DO CRITÉRIO PARA CONCESSÃO DE ADITIVOS

As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Apenas as imprecisões quantitativas de itens de serviço materialmente relevantes, superiores a 10% do quantitativo do item previsto no orçamento, poderão ensejar a celebração de termo aditivo de acréscimo.

OBSERVAÇÃO: A redação acima se baseia nas orientações emanadas do Acórdão TCU 1.977/2013 – Plenário, que estabelece diretrizes para adoção do regime de empreitada por preço global. A estipulação de percentual visa tornar objetiva as situações ensejadoras de termos aditivos por “erro de projeto”, dado que pequenas imprecisões devem ser suportadas financeiramente pela Contratada, em virtude da álea ordinária insita ao regime adotado.

A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado na elaboração do orçamento-base da licitação não poderá ser reduzida, em favor da Contratada, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados, para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora diante da proposta da segunda colocada na licitação e observados, nos custos unitários dos aditivos contratuais, os limites estabelecidos para os custos unitários de referência (art. 14, parágrafo único, do Decreto 7.983, de 2013).

6. GARANTIA

Para execução do serviço recomendamos a prestação da garantia contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º do Art. 56 da Lei 8666/93.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Recomendamos que os seguintes critérios relacionados à GARANTIA sejam considerados no Edital:

- A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando a FIOCRUZ autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.



- Caso a Contratada opte por prestar garantia na forma de Seguro Garantia, a apólice deve garantir o pagamento de quaisquer das multas contratuais previstas na Lei no 8.666/93.
- Caso a garantia, ou parte dela, seja utilizada em pagamento de qualquer obrigação, inclusive multas contratuais ou indenização a terceiros, a Contratada obriga-se a repô-la ou complementá-la, no valor correspondente ao efetivamente utilizado, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da data em que for notificada.
- A garantia deve ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei 8.666, de 1993, sendo vedada a colocação de cláusula excludente de qualquer natureza.

7. DA GARANTIA ADICIONAL

Conforme a lei 8.666, solicitamos que seja considerado no edital uma cláusula que verse sobre propostas que sejam próximas ao limite da inexecutabilidade, de acordo com o art. 48:

Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b" do § 1º no art. 48 da referida lei, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

A garantia a que se refere este item será liberada e/ou restituída após a comprovação do cumprimento e aceitação definitiva do objeto do Contrato.

8. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O fiscal do contrato será nomeado por portaria após a assinatura do contrato.

Recomendamos que os seguintes critérios relacionados à FISCALIZAÇÃO sejam considerados no Edital:

- A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos, nem implica em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços efetuados em desacordo com o Contrato e/ou com as disposições constantes neste Edital e de seus Anexos.
- Será comunicado à CONTRATADA, por escrito, as deficiências ou irregularidades porventura verificadas pela fiscalização, cabendo a mesma sua imediata correção ou adequação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- A CONTRATADA se sujeitará a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE quanto à execução dos SERVIÇOS, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados.

9. SUBCONTRATAÇÕES

Recomendamos que os seguintes critérios relacionados à SUBCONTRATAÇÃO sejam considerados no Edital:



O valor do percentual que a contratada poderá subcontratar até o limite de 15 % (quinze por cento), sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme previsto no Art. 72 da Lei 8.666/93.

Informo que o critério para fixação do percentual da subcontratação corresponde o percentual total de contratação subtraído os percentuais dos serviços de relevância técnica e valor significativo.

Os serviços que serão passíveis de subcontratação são:

- Instalações provisórias
- Transportes horizontais e verticais
- Montagem do isolamento térmico
- Execução de bases para fixação
- Testes
- Limpeza e retirada de entulho
- Desmobilização

Em caso de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Não se admite a subcontratação de itens de serviços que tenham sido exigidos para fins de qualificação técnica na presente licitação.

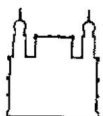
10. DISPOSIÇÕES GERAIS

Recomendamos que seja considerado no Edital o seguinte apontamento:

A CONTRATADA obriga-se a apresentar todas as documentações exigidas, atualizadas e em dia com as obrigações legais relativas à sua profissão, incluída as respectivas ART's e RRT's dos profissionais ora envolvidos no presente contrato em um prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de assinatura do contrato. Em caso de substituição do profissional após o início do projeto, a CONTRATADA se obriga a apresentar as ART's e RRT's dos novos profissionais em substituição ao profissional anterior em um prazo máximo de 10 dias após a sua aprovação pela CONTRATANTE.

11. DO PAGAMENTO - CONDICIONANTE

A apresentação e devidas atualizações das ART's e RRT's relacionadas a execução do objeto são condicionantes para o pagamento das parcelas do contrato.



12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SERVIÇOS CONTRATADOS

12.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Buscando aferir a experiência da Empresa Licitante, será requerido Atestado(s) em seu nome, considerando características, quantidades, prazos e níveis de satisfação que evidenciem que a licitante já realizou objeto semelhante ao que está sendo licitado.

Na Capacitação Técnica Operacional, deve-se considerar o Acórdão no 128/2012 do TCU bem como a Decisão Normativa CONFEA no 085/2011 que aprova a Resolução CONFEA no 1.025/2009.

- **Execução de Obra ou Reforma de Instalação de Sistema de Ar Condicionado que contenham em seu escopo a instalação de chillers**

12.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, será exigida comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissionais de nível superior, detentores de atestados de responsabilidade técnica - ART, devidamente registrados no conselho profissional competente, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT, expedidas pelo conselho profissional, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos.

Quando solicitado na Premissa profissional de nível médio em Técnico de Segurança do Trabalho, é obrigatório o registro profissional no Ministério do Trabalho, para exercer as atividades.

- **Engenheiro Mecânico com experiência em instalação de sistemas de ar condicionado em ambientes hospitalares ou laboratórios ou indústria química;**
- **Engenheiro civil com experiência em obras civis ou reformas,**

Atenciosamente,

Gustavo Cardoso Guimarães

Assessoria Executiva • DAE/COGIC/FIOCRUZ

SIAPE 1488507